

# O processo de emancipação político-administrativa como propulsor de justiça espacial: o caso de Goioxim e Marquinho no estado do Paraná

Liamar Bonatti Zorzanello\*  
Márcia da Silva\*\*

## Resumo

A criação de municípios no Brasil foi fortemente impulsionada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, provocando significativa compartimentação de seu território, vindo a emancipar aproximadamente 1.431 municípios no período de 1988 a 1996. No Paraná foram criados 81 novos municípios, entre eles Goioxim e Marquinho. O objetivo desta pesquisa foi compreender como a elevação de distritos à posição de municípios, mais especificamente os processos de emancipação de Goioxim e Marquinho, possibilitou transformações socioeconômicas, implicando em maior justiça espacial para estes territórios. Para isso, coletaram-se informações por meio de entrevistas e questionários, visando entender as transformações advindas com a emancipação e elucidando se estas atenderam as necessidades sociais básicas da população, permitindo, principalmente, acesso à saúde e à educação, proporcionando maior justiça social.

**Palavras chave:** Emancipação; Criação de municípios; Justiça social; Melhorias sociais.

---

\* Especialista em Ensino de Geografia e História pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação ([lia\\_zorzanello@hotmail.com](mailto:lia_zorzanello@hotmail.com)).

\*\* Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> junto ao Curso de Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste ([smarcias@gmail.com](mailto:smarcias@gmail.com)).

Process for a political and administrative emancipation as a propulsive for spatial justice: the case of Goioxim and Marquinho in the state of Parana

### **Abstract**

Creation of municipalities in Brazil was strongly driven from the Federal Constitution of 1988 causing significant compartmentalisation of their territory, thus emancipate approximately 1,431 municipalities from 1988 to 1996. In Paraná were created 81 new municipalities, including Goioxim and Marquinho. The objective of this research was to understand how was the elevation of districts to municipalities position, more specifically the processes of emancipation of Goioxim and Marquinho, made it possible socio-economic transformations, resulting in higher spatial justice for these territories. For this, information were collected through interviews and questionnaires, in order to understand the changes that come with the emancipation in order to elucidate whether these meet the basic social needs of the population, allowing, especially, access to health and education, providing greater social justice.

**Key words:** Emancipation; Establishment of municipalities; Social justice; Social improvement.

### **Introdução**

Os processos emancipatórios foram fomentados em solo brasileiro, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, compartimentando significativamente a malha territorial em municípios.

Diversos estudos apontam que esta compartimentação ocorreu devido à descentralização do processo em favor dos estados da Federação, por instigar a participação política e melhorar a qualidade de vida da população local. Outros também explicam os motivos de cunho político-eleitoreiros que permeavam os processos emancipatórios, as discussões acerca dos

repasses de incentivos fiscais e o aumento dos custos para manter em funcionamento estas novas máquinas públicas.

No período de 1988 a 1996 emancipou-se no Brasil 1.431 novas unidades municipais, sendo isto restringido em 1996, quando houve a sanção da emenda constitucional nº 15. Nesta época, o Paraná criou 81 novos municípios, entre eles Goioxim e Marquinho, sendo que é sobre estes que recai o objetivo desta pesquisa, o qual foi compreender como a elevação de distritos à posição de municípios possibilitou transformações socioeconômicas, implicando em maior justiça espacial para os territórios emancipados.

Para alcançar tal objetivo os procedimentos metodológicos basearam-se, além do referencial teórico, em entrevistas com as autoridades municipais e na aplicação de questionários com 10% da população acima de 40 anos, pois foi este segmento populacional que presenciou a transformação de Goioxim e Marquinho em municípios. Em Goioxim foram aplicados 216 questionários e em Marquinho 160, o que perfaz a amostra desejada.

Assim, ao investigar os processos emancipatórios e a constituição de Goioxim e Marquinho como municípios, além de perceber os diversos interesses políticos-eleitorais que permearam o processo, averiguou-se as contribuições que o fato implicou àqueles municípios, possibilitando condições para que pudessem atender necessidades sociais básicas de sua população, transformando a vida deste e trazendo o poder público para junto dos cidadãos.

## **A criação de municípios promovendo justiça espacial**

A criação de territórios tem estreitas ligações com processos político-institucionais, revelando, na maioria das vezes, interesses de ordem política, cultural, econômica, religiosa, militar, ente outros. A construção de novos territórios é permeada por relações de poder, as quais não são neutras, mas são pré-estabelecidas para que atendam aos interesses de determinados grupos sociais, sejam estes uma instituição governamental, uma empresa, uma grande corporação, um grupo de agentes políticos, etc.

Os municípios criados após a promulgação da Constituição de 1988 constituíram-se em territórios autônomos, diretamente responsáveis por sua gestão e aparelhamento. No Paraná, foram instalados 81 novos municípios, dos quais apenas dois possuíam população superior a 20 mil habitantes e os demais configuravam-se como unidades de pequeno porte e, em sua maioria, com as bases econômicas amparadas no meio agrícola. Esta realidade traz a estes dificuldades em gerir seus limites e manter a população ali residindo, principalmente os jovens, os quais migram em busca de locais com maiores e melhores oportunidades e com geração de renda e emprego diversificadas.

Portanto, é para esta realidade, comum a inúmeros pequenos municípios do Paraná (e muito provavelmente a muitos outros no Brasil), que buscou-se um viés de análise diverso daquele que tem sido costumeiramente apreciado. Assim, aclara-se que aqui não se observou os municípios de Goioxim e Marquinho atrelados a noção de que devam estar inseridos nas redes das grandes empresas, fábricas, dos circuitos produtivos ou outros assemelhados, como o discurso dos políticos locais normalmente apregoa.

Outro elemento que deve ser desmistificado é o de que pequenos municípios ou pequenos centros urbanos não oferecem boas condições de vida. Considera-se que estes podem sim atender as demandas sociais da sua comunidade e ter, dentro das possibilidades, sua economia mais fortalecida, além de recursos públicos devidamente aplicados, vindo a apresentar índices satisfatórios de bem-estar social.

Mesmo imbricados pelo corriqueiro discurso de que a emancipação de distritos foi fomentada não só pela flexibilidade das leis e pelo incremento de repasses, mas também por motivos políticos e de representação política (CIGOLINI, 2001), e tendo ciência que, em muitos estudos realizados este fato foi comprovado, como em Bremaerk (2001), Tomio (2002) e Alves (2006), procurou-se entender que a criação destes municípios (apesar dos indicativos citados acima) pode também torná-los territórios com maior autonomia, visando possibilidades de

melhorias sociais, como já ressalta Cigolini (2009, p.5) ao expor que a criação de novos municípios “incentiva a participação política e melhora a qualidade de vida local, em razão dos investimentos em serviços essenciais, além de possibilitar a construção de espaços para o exercício da cidadania”.

Ao expor como se compreende a realidade destes municípios ampara-se nas formulações de Soja (2009), principalmente, seu entendimento sobre o que ele denomina de justiça espacial que faz associação com a justa e mais equitativa distribuição dos bens sociais no espaço, oferecendo condições de igualdade para todos os indivíduos.

Para Soja (2009) estas desigualdades podem ser amenizadas pelas formas de organização política do espaço, pois esta é uma fonte poderosa de injustiça espacial. Sua crítica a realidade espacial gira em torno de três princípios: a espacialidade ontológica do ser; a produção social da espacialidade e; a dialética sócio espacial.

Em sentido amplo, a justiça espacial é uma forma mais condescendente de olhar para as injustiças que são cometidas a partir de uma perspectiva crítica do espaço, onde o ponto de partida refere-se à distribuição equitativa dos recursos sociais (no espaço), tendo por objetivo fundamental a manutenção da dignidade humana e da equidade.

A estrutura política das sociedades pode ser causadora da justiça ou da injustiça, uma vez que:

The political organization of space is a particularly powerful source of spatial injustice, with examples ranging from the gerrymandering of electoral districts, the redlining of urban investments, and the effects of exclusionary zoning to territorial apartheid, institutionalized residential segregation, the imprint of colonial and/or military geographies of social control, and the creation of other core-periphery spatial structures of privilege from the local to the global scales (SOJA, 2009, p. 3).

Comparando-se a realidade vivida hoje em Goioxim e Marquinho com aquela vivenciada à época que eram distritos,

observa-se grande diferença e o fato de que a justiça espacial, ao menos em parte, tem ocorrido. Neste sentido, não privilegia a todos (reprodução do capitalismo e suas desigualdades), mas está disponível a um número maior de pessoas, seja através dos equipamentos que foram sendo agregados a estes territórios, seja por meio de ações e políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida.

Como exemplo de melhorias pode-se citar acesso à saúde, a educação, à eletrificação, a distribuição de água potável, a rede de esgoto, coleta de lixo, transporte público, implantação de infraestruturas que promovam este bem-estar, abertura e manutenção de estradas e parcerias em termos de políticas públicas entre as demais escalas de governo (Estado e Federação).

Quanto ao acesso a estes serviços o indicativo a partir da coleta de dados, é de que os mesmos foram melhorados e ampliados. Em Marquinho, por exemplo, havia somente um posto de saúde, sendo que na atualidade há três unidades, um na sede e um em cada distrito, conforme relata Sonia Esteche<sup>1</sup> (2014). Os dados orçamentários do IPARDES (2009 (b) e 2015(b)) também comprovam o incremento dos investimentos neste setor, pois em 2007 este orçamento era de R\$ 1.414.740,31 e, em 2013, registou-se um investimento de R\$ 2.302.196,34.

Em Goioxim, por exemplo, o setor educacional, recebeu, em 2007, R\$ 2.546.640,19 para atender 938 alunos, em 2013 beneficiou-se de um orçamento de R\$ 5.050.231,17 para acolher 1.034 alunos na rede municipal de ensino (IPARDES, 2009 (a) e 2015 (a)).

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida à Liamar Bonatti Zorzanello, às 10:30, do dia 25/06/2014, no Colégio Estadual João Ryszcz, município de Marquinho. Sonia Maria Gonsiorkiewicz Esteche é residente antiga do município, acompanhou o processo emancipatório, é historiadora e escreveu o livro: GONSIORKIEWICZ, Sonia; VARELLA, Wilma P. **Marquinho: nossa história, nossa gente.** Marquinho, 2004.

Nas entrevistas com as autoridades municipais averiguou-se a aspiração constante em instalar grandes empresas ou indústrias para gerar emprego e renda aos munícipes, porém, elementos como a localização são considerados fatores que dificultam a exequibilidade dos mesmos, amparada ainda pela falta de profissionalização da maior parte da população aí residente e que poderia ser absorvida por estas instituições. Assim, a instalação destas empresas torna-se praticamente inviável quando observa-se que, nas imediações destes municípios, há outros com melhor infraestrutura, localização acessível, maior contingente populacional que pode regular o preço a ser pago pelo serviço prestado, bem como disposição de mão de obra especializada.

Assim, ao analisar a estrutura de Goioxim e Marquinho e a localização geográfica destes fica ainda mais evidente que o objetivo, quando das emancipações, não era o de torná-los grandes receptores de empresas ou de demandas de serviços especializados. Entretanto, esta ação acabou promovendo melhorias sociais à população residente nos territórios emancipados.

Não se afirma, no entanto, que promover tais melhorias tenha sido o objetivo principal ou inicial daqueles que propuseram a emancipação dos distritos, pois outros interesses nortearam tais processos, como a necessidade de fortalecer seus grupos políticos, de permanência no poder, de ter sua representatividade política assegurada, entre outros. Mas, os representantes políticos da época subiam nos palanques e explicavam para a população os benefícios que a emancipação traria, como o repasse de FPM que poderia ser investido na área emancipada e não precisaria ser dividido com o município-mãe, gerando melhorias para o local (SONIA ESTECHE, 2014).

Ao observar a realidade destes municípios, evidencia-se que estão inseridos em contextos diferenciados daquelas de centros urbanos maiores ou de dinâmica econômica mais premente, atuando, por exemplo, na comercialização de produtos agrícolas em pequena escala destinados a subsidiar o mercado interno. Não obstante a este fato, já contam com muitos serviços que, até pouco

tempo, chegavam somente a estes centros urbanos maiores, como a *internet*, o sistema de telefonia móvel e fixa, os sistemas bancários, dentre outros que parecem banais em algumas regiões.

Considerando este contexto, fica evidente as dificuldades que os municípios encontram em se desvencilhar das suas tramas estreitamente agropecuárias e conseguir fomentar o desenvolvimento econômico por meio da implantação de atividades dos setores secundário e terciário, não restringindo-se apenas as vagas ofertadas pelo serviço público, em especial a prefeitura e os estabelecimentos estaduais de ensino. Todavia, ressalta-se que o setor agrícola jamais deve ser concebido como sinônimo de atraso ou estagnação econômica, mas o que se deve, também, é implantar ações que fomentem e incentivem a agricultura e a pecuária local.

Contudo, para justificar como estes municípios se constituem e se emancipação emanou justiça espacial é necessário ouvir a população, o cidadão comum que compõe a sociedade civil, não somente os administradores municipais. Assim as duas posições (população *versus* administradores municipais) podem ser confrontadas, sendo possível verificar se estes municípios atendem a primeira finalidade para a qual foram criados, qual seja, promover melhorias básicas na vida e no cotidiano de seus municípios.

### **Goioxim e Marquinho: as transformações advindas com a emancipação**

A denominação dos municípios em estudos revela origens indígenas, uma vez que estes foram os primeiros habitantes da região. Goioxim deriva dos índios Caigangues que habitavam a região por volta do ano de 1900, tendo como significado “Goio” – Rio e “Xim” – Pequeno, ou seja, Rio Pequeno, referindo-se ao rio Juquiá que corta o município, inclusive seu perímetro urbano. Antes desta denominação, teve outros nomes, como Campo Real em 1896, Juquiá em 1934 e Goioxim em 1943.

Já a designação do município de Marquinho está fortemente ligada à definição das suas fronteiras, uma vez que os índios, como meio de demarcar suas terras, cravavam marcos de pedra nos locais, aí então cravaram marcos entre o cemitério e o Rio Bonito. O vocábulo é formado, então, pelo termo “marco” (marca), acrescido do elemento de ligação “q” e do sufixo “inho”, que designa ponto ou sinal de demarcação que se põe em limites territoriais (FERREIRA, 2006).

Goioxim e Marquinho localizam-se na região centro-sul do Paraná, confrontando-se com municípios com situações econômicas e sociais parecidas com as suas, isto é, em maioria possuem um núcleo urbano pequeno e com característica rurais, a base da economia é a agropecuária e enfrentam dificuldades na geração de renda e empregos, na oferta de infraestrutura, de espaços para lazer e atendimentos especializados em saúde e educação.

Goioxim tem uma área de aproximadamente 701,594 km<sup>2</sup> e seus habitantes totalizam o somatório de 7.503 indivíduos e 1.756 destes habitam o meio urbano (IPARDES (a), 2015). Já Marquinho dispõe de uma área territorial de 510,307 km<sup>2</sup> e população de 4.981 habitantes, sendo que apenas 524 residem na cidade (IPARDES (b), 2015).

Quanto aos limites territoriais verifica-se, conforme mapa 1, que Goioxim faz divisa com Guarapuava e Cantagalo ao sul, Campina do Simão ao noroeste, Santa Maria do Oeste e Palmital ao norte. Já Marquinho tem seus limites com Palmital e Laranjal ao norte, Diamante do Sul a nordeste, Laranjeira do Sul e Cantagalo ao Sul. Em comum, Goioxim e Marquinho fazem divisas com Palmital e Cantagalo.

Dos municípios confrontantes, somente Guarapuava e Laranjeiras do Sul são mais desenvolvidos, dispoindo de serviços especializados e técnicos, de infraestrutura em saúde e educação (principalmente no que se refere ao ensino superior e/ou profissionalizante), de um sistema comercial e de atividades do setor terciário estruturados etc. Por outro lado há também municípios vizinhos com estrutura precária, com sérios problemas

quanto à manutenção da máquina pública, com arrecadações próprias baixas e praticamente insuficientes para sustentar o todo municipal, apresentando, assim, um alto grau de dependência da transferência de recursos, em especial do FPM. Estes também foram criados após o vigor da Constituição de 1988, como por exemplo, Laranjal, Diamante do Sul, Santa Maria do Oeste e Campina do Simão (IBGE, 2014).

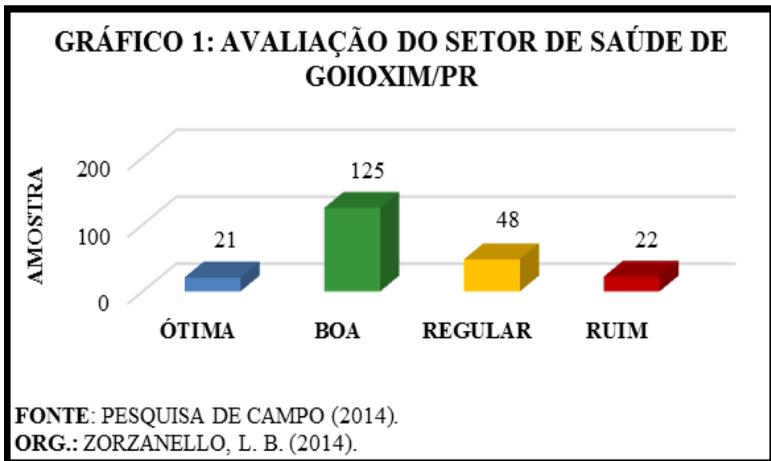


**Mapa 1:** Localização da área de estudo.

**Elaboração:** Król, L.S. (2013).

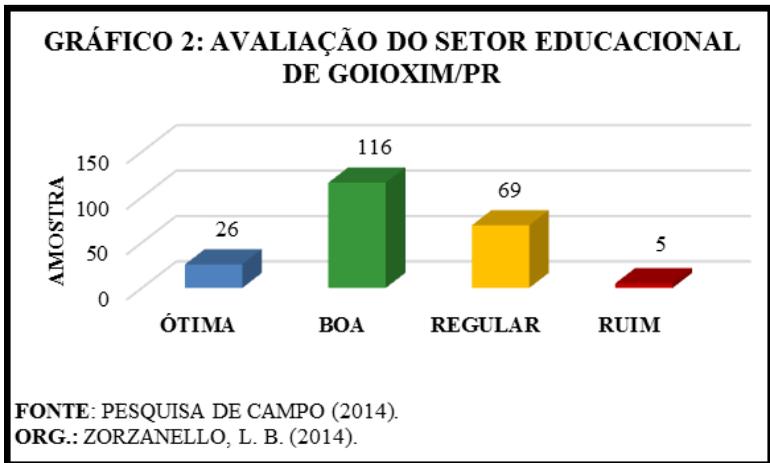
Como forma de verificar com maior intensidade os critérios estabelecidos como indicadores da promoção da justiça espacial, foram detalhados elementos vinculados à saúde, educação e infraestrutura.

Quanto às transformações ocorridas no setor da saúde de Goioxim, 21 moradores dos 216 que responderam ao questionário, o que perfaz 10% do total, avaliaram como positivas, qualificando-as como ótimas. Já 58% dos questionados, o que corresponde a 125 respostas, qualificaram como boas às mudanças percebidas neste setor. Entretanto, 48 moradores, o que equivale a 22% do total, aferiram conceito regular e 22 dos questionados qualificaram as transformações como ruins, perfazendo 10% da amostragem (gráfico 1). O que se destacou neste setor foram às melhorias realizadas e a cobrança pelo incremento das vagas em atendimentos especializados.



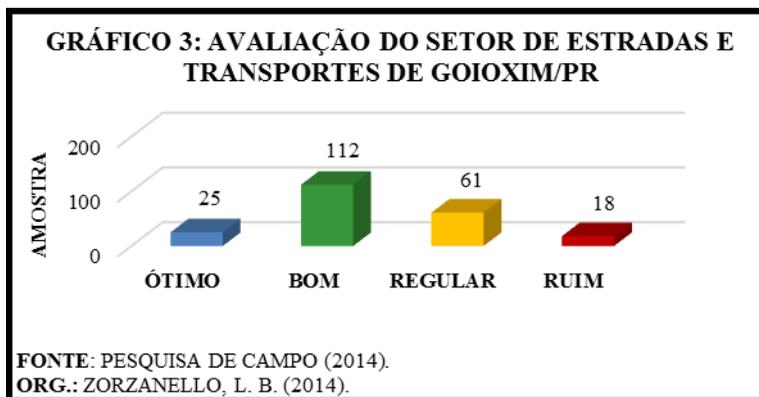
O quadro educacional dispõe de avaliações próximas as aferidas ao setor da saúde, demonstrando que houve uma melhora significativa em ambos. Os conceitos avaliados para a educação estão dispostos no gráfico 2, expondo a seguinte realidade: 12% dos questionados, ou seja, 26 moradores avaliaram as transformações ocorridas na educação como ótimas e 116 deles, o que perfaz o total de 54% como boa. O conceito regular foi aferido por 69 moradores, correspondendo a 32% do total, e foi

considerada como ruim por 5 questionados (2%). O fato de se avaliar como regular ou ruim tem duas causas principais: 1) o processo de nuclearização não agradou a todos, devido, principalmente, as longas distâncias que os alunos necessitam percorrer para chegar até à escola dentro de ônibus lotados e outras preocupações, pois anteriormente poderiam estudar próximo de suas casas; 2) os municípios apresentaram a necessidade de se disponibilizar ensino profissionalizante.

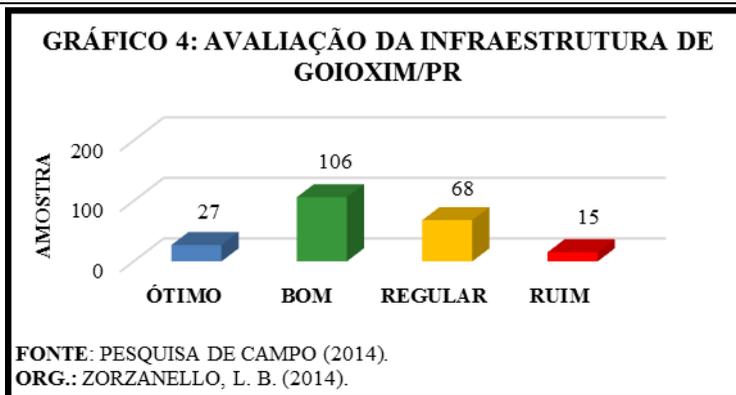


Quanto ao setor de estradas e transportes 25 moradores, o que perfaz o total de 12% dos questionados, avaliaram como ótimas e 112 moradores, ou seja, 52, atribuíram conceito bom, pois muitos apontaram que antes da emancipação existiam apenas “carreiros”, colocando que as vias de acesso às comunidades mais interioranas e às residências passaram a ocorrer somente quando Goioxim tornou-se município. Ao contrário, 61 moradores, o que equivale a 28% as respostas, aferiram conceito regular, conquanto que 18 pessoas, 8% da amostra, avaliaram como ruim, uma vez que consideram que ainda se tem muito a melhorar neste quesito,

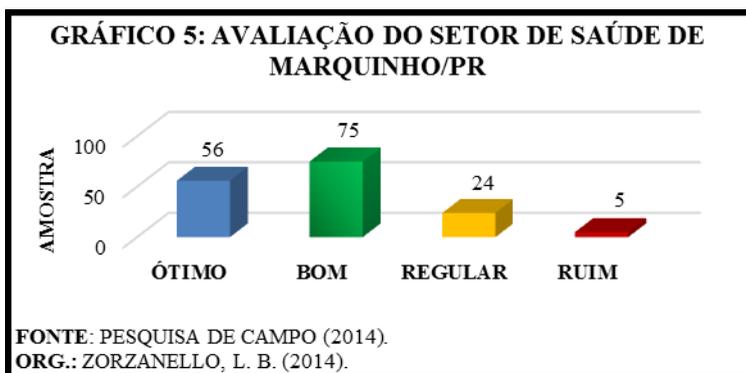
ZORZANELLO, L.B. & SILVA, M. O processo de emancipação político...  
principalmente, nas regiões interioranas mais longínquas, conforme gráfico 3.



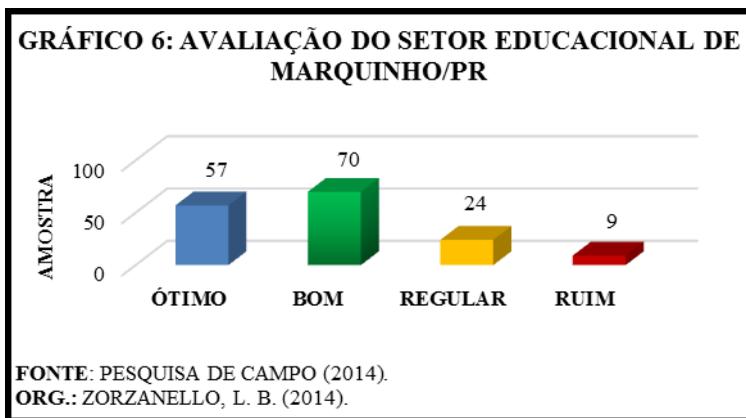
No setor de infraestrutura procurou-se verificar a distribuição de água tratada, energia elétrica, iluminação pública, a capacidade de captação da rede de esgoto e das águas pluviais, os serviços de coleta de lixo, a disponibilidade de espaços de lazer, calçadas para pedestres e ruas pavimentadas. Conforme o gráfico 4, a questão da instalação de infraestrutura também está ocorrendo de modo satisfatório, pois 27 moradores, ou seja, 13% do total atribuíram avaliação ótima e 106 dos questionados, que diz respeito a 49% da amostra, avaliaram como bom. Os que julgaram como regular perfazem 31% dos questionados, o que se refere a 68 opiniões, e 15 pessoas (7% do total), atribuíram conceito ruim. Dentre as justificativas mais utilizadas estão a inexistência da rede de esgoto e das galerias pluviais, seguida da falta de locais adequados para o lazer e da precariedade da iluminação pública.



Quanto a realidade do município de Marquinho, tem-se, primeiramente, a avaliação do setor de saúde, a qual esta representada no gráfico 5. As mudanças ocorridas foram avaliadas positivamente pela população, haja vista que 35%, ou seja, 56 questionados aferiram conceito ótimo e 47%, o que perfaz a quantia de 75 moradores conceituaram o setor como bom. Somente 24 moradores conceituaram como regular e 5 como ruim, o que corresponde, respectivamente a 15% e 3%. Para estes o mais é difícil agendar consultas com médicos especialistas, bem como o atendimento que precisa ser melhor de maneira geral.

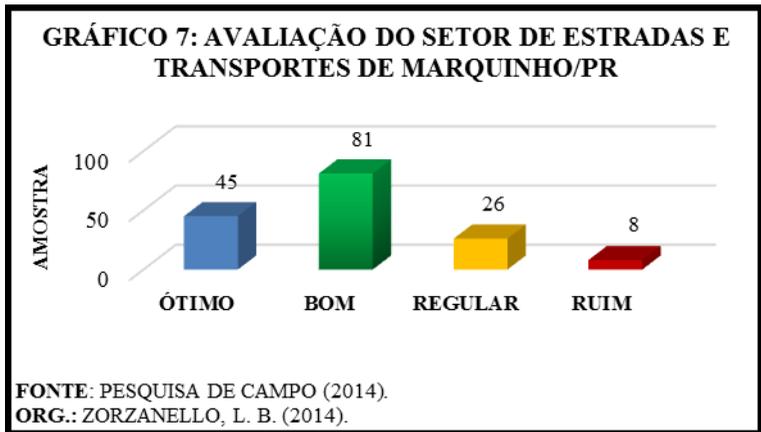


No gráfico 6 consta a avaliação realizada no item educação que, de forma geral, apresenta índices satisfatórios, assim como o setor da saúde. Deste modo, os conceitos ótimo e bom correspondem a 36% e 44% da opinião dos munícipes, respectivamente, correspondem a 57 e 70 moradores. Entretanto, outros 24 moradores, 15% total, aferiram conceito regular e o ruim por 9 munícipes, perfazendo 5% das respostas. As opiniões divergem, considerando que alguns basearam-se nas obras construídas, nas melhorias obtidas, ao transporte e à divisão das classes em séries. Em contraponto, os que avaliaram como regular e ruim as transformações do setor educacional consideravam mais apropriadas às salas multisseriadas que permitiam que os alunos estudassem próximos às suas residências e não precisassem percorrer vários quilômetros, em ônibus superlotados, para ter acesso à escola.

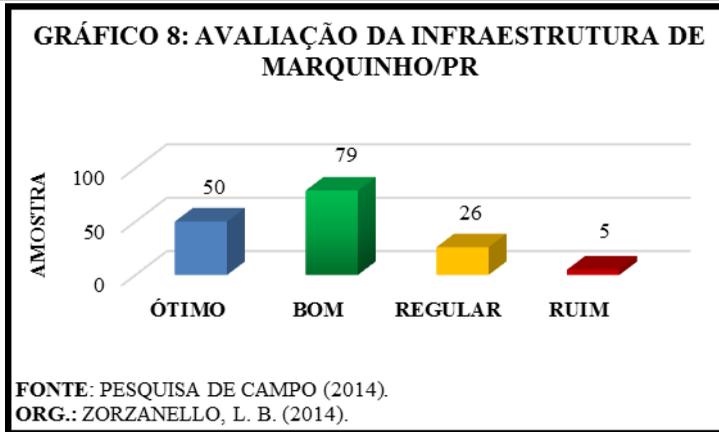


As transformações ocorridas no setor de estradas e transportes também foram consideradas, em sua maioria, como ótimas ou boas, pois 28% das respostas, o que corresponde a opinião de 45 moradores, atribuíram conceito ótimo a este quesito, e 81 dos moradores, que perfaz 51%, avaliou como bom, conforme

gráfico 7. O conceito de regular foi atribuído por 16% dos moradores (26 respostas) e o ruim fora aferido por 8 moradores, o que perfaz 5% do total da amostra, com a argumentação de que ainda tem muito a ser feito, principalmente nas estradas mais distantes da sede do município e na implantação de transporte coletivo (PESQUISA DE CAMPO, 2014).



A avaliação aferida à infraestrutura também é positiva, uma vez que aproximadamente 81% das opiniões registradas condizem com a conceituação ótimo e bom, assim 50 moradores, o que refere-se a 31% do total, aferiu conceito ótimo para este setor e 79 moradores, o que equivale a 50% do total. A avaliação regular ou ruim fora atribuída por 19% da amostra, sendo que 26 participantes, ou seja, 16% da amostra atribuíram conceito regular e o ruim fora atribuído por outras 5 pessoas (3%), conforme gráfico 8.



As principais insatisfações quanto à infraestrutura estão vinculadas à inexistência de espaços para lazer, de rede de esgoto, da canalização da água das chuvas e da má qualidade da água distribuída aos moradores, especialmente no tocante ao gosto e a cor. Em contrapartida encontram-se satisfeitos com a pavimentação das ruas, com as calçadas, iluminação pública, distribuição de energia elétrica e coleta de lixo, inclusive dispendo de coleta seletiva (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

De modo unânime, o que fora observado refere-se às transformações advindas com a emancipação, pois isto proporcionou maior autonomia a estes territórios e levou a instalação do poder público próximo do povo e, assim, este pode cobrar por melhorias ter seus anseios atendidos de maneira eficiente. As realidades observadas em Goioxim e Marquinho são semelhantes, porém peculiar a pequenos municípios, antes da emancipação contavam com apenas um posto de saúde com atendimento precário, no setor educacional dispunham de diversas escolas rurais com professoras capacitadas apenas com o ensino básico, as estradas faziam a ligação apenas entre os então distritos e o município-mãe, no caso Cantagalo, deixando as regiões

interioranas isoladas, a falta de infraestrutura básica era evidente não tendo acesso nem a água tratada e a energia elétrica.

Atualmente, esta realidade encontra-se transformada e os municípios contam com serviços básicos, os quais vão desde o atendimento especializado e de alta complexidade na área da saúde até transporte universitário gratuito. É fato que ainda é necessário melhorar muito, principalmente, na geração de empregos e na diversificação da renda familiar, mas é inegável as contribuições que a emancipação trouxe para estes, vindo a proporcionar a disseminação da justiça espacial, ainda que esta não se dê de modo homogêneo sobre todo o território.

### **Considerações finais**

A realidade econômico-financeira destes municípios é insatisfatória, uma vez que, estes não conseguem gerir a própria máquina pública sem os repasses fiscais realizados pelos governos federal e estadual. E, conseqüentemente, também não conseguem investir em grandes obras e melhorias se estas não advierem de repasses ou de financiamentos.

Porém, entende-se que a emancipação colaborou para a justiça espacial, pois estes novos municípios conseguiram fazer valer sua função social de ofertar condições, pelo menos as mais básicas, de melhoria da vida da população. Neste sentido, a garantia é de que esta tenha acesso, mesmo que não ainda o idealizado, à saúde e a educação de qualidade. Os investimentos em lazer, em obras de infraestrutura, com o intuito de melhorar a distribuição de água tratada, de energia elétrica, coleta de lixo e em estradas e transportes, viabilizando o tráfego de veículos e a abertura de estradas nas comunidades interioranas e assentamentos (caso específico de Goioxim) também merecem ser citados e agrupados às melhorias sociais, já que todos foram indicados em resposta aos questionários.

Com fundamento nestes dados/informações e considerando os debates dos últimos 3 anos, no Congresso Nacional, sobre a legislação que deve nortear os processos de emancipação de novas

áreas, é que também se justifica a pertinência deste estudo. Ou seja, talvez economicamente os territórios criados sejam insustentáveis com seus próprios recursos, mas socialmente cumprem uma finalidade primordial de fazer com que todos os municípios possam ser assistidos por seus representantes e usufruir de seus direitos.

Não há, aqui, no entanto, defesa de posicionamento contrário ou favorável ao processo de emancipação de distritos e a consequente criação de novos municípios, mas a apresentação de elementos que possam ajudar a direcionar quando, como e porquê alguns destes processos emancipatórios, como os de Goioxim e Marquinho, devem acontecer e outros não.

### Referências bibliográficas

ALVES, A. C. O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.º 111, p. 47-71, jul./dez. 2006.

BREMAEKER, F.E.J. **Evolução do quadro municipal brasileiro no período entre 1980 e 2001**. Rio de Janeiro: 2001. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO (Estudos especiais, 20).

CIGOLINI, A. A. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. **RA'EGA: O espaço geográfico em análise**. Curitiba, v. 5, p. 47-66, 2001.

CIGOLINI, A. A. Território e criação de municípios no Brasil: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. Florianópolis: (Tese de Doutorado em Geografia), UFSC, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados:** cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>; Acessado em abril de 2014.

ZORZANELLO, L.B. & SILVA, M. O processo de emancipação político-...

INSTITUTO PARANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (a). **Caderno estatístico:** Município de Goioxim. Curitiba: IPARDES, 2009. Disponível em: < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_municipios/goioxim.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/goioxim.pdf)>; Acessado em maio de 2014.

INSTITUTO PARANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (b). **Caderno estatístico:** Município de Marquinho. Curitiba: IPARDES, 2009. Disponível em: < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_municipios/marquinho.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/marquinho.pdf)>; Acessado em maio de 2014.

INSTITUTO PARANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (a). **Caderno estatístico:** Município de Goioxim. Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85162&btOk=ok>>; Acessado em janeiro de 2015.

INSTITUTO PARANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (b). **Caderno estatístico:** Município de Marquinho. Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85168&btOk=ok>>; Acessado em janeiro de 2015.

SOJA, E. The City and Spatial Justice. In.: **Revista Justice Spatiale, Spatial Justice**. 2009, p. 31-39. Disponível em:< <http://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>>; Acessado em junho de 2014.

TOMIO, F. R. de L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002.

Recebido em abril de 2015

Aceito em abril de 2016